



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO

(Do Sr. Reginaldo Lopes)

Requer revisão da distribuição do Projeto de Lei nº 7.663, de 2010, que “acrescenta e altera dispositivos à Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para tratar do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas, dispor sobre a obrigatoriedade da classificação das drogas, introduzir circunstâncias qualificadoras dos crimes previstos nos arts. 33 a 37, definir as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e dá outras providências.” Para incluir a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 32, inciso XVIII, alíneas “f”, “o” e “s”, e do art. 141, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a revisão do despacho de distribuição do PL nº 7.663/10, para que a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público possa também apreciar o projeto.



JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei nº 7.663/10 possui diversos dispositivos que tratam dos temas relativos à competência da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. Em seu art 2º, propõe o acréscimo de diretrizes quanto à profissionalização, ao trabalho e à renda dos usuários de drogas, da seguinte forma:

.....

Seção III

Das Diretrizes quanto à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda

Art. 5º-B A ação do Poder Público na elaboração das políticas sobre drogas quanto à profissionalização, ao trabalho e à renda contempla, entre outras, a adoção das seguintes medidas:

I – articulação entre os programas, as ações e os projetos de incentivo ao emprego, renda, capacitação para o trabalho, as políticas regionais de desenvolvimento econômico e as políticas sobre drogas;

II – promoção de formas coletivas de organização para o trabalho, redes de economia solidária e o cooperativismo;

III – oferta de condições especiais de jornada de trabalho por meio de:

a) compatibilização entre os horários de trabalho e de estudo para as pessoas em tratamento;

b) oferta dos níveis, formas e modalidades de ensino em horários que permitam a compatibilização da frequência escolar com o trabalho regular e o comparecimento aos serviços de saúde.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

IV – disponibilização de vagas para capacitação profissional por meio de instrumentos internacionais de cooperação, principalmente nas regiões de fronteira;

V – estabelecimento de instrumentos de fiscalização e controle do cumprimento da legislação, com ênfase na observância do art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho, que dispõe sobre a reserva de vagas para aprendizes, e da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que trata do estágio;

VI – priorização de programas de primeiro emprego e introdução da aprendizagem na administração pública direta;

VII – articulação entre as atividades rurais e urbanas a fim de promover a reinserção social do usuário ou dependente de drogas no meio que permita a sua melhor adaptação; e

VIII – ampliação de programas que proponham a formalização, a capacitação para a gestão e o financiamento de cooperativas e de empreendimentos de economia solidária, como forma de promover a autonomia ao egresso de tratamento.

Considerando que o conteúdo do projeto acima reproduzido diz respeito à matéria relativa ao campo temático deste Órgão Técnico, nos termos que dispõe o Regimento Interno da Câmara dos Deputados em seu art. 32, inciso XVIII, alíneas “f”, “o” e “s”, se faz necessária, portanto, a revisão do despacho de distribuição do PL nº 7.663/10, para que a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público possa também apreciar a proposição ora em comento.

Sala das Sessões, em de de 2011.

Deputado Reginaldo Lopes